SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

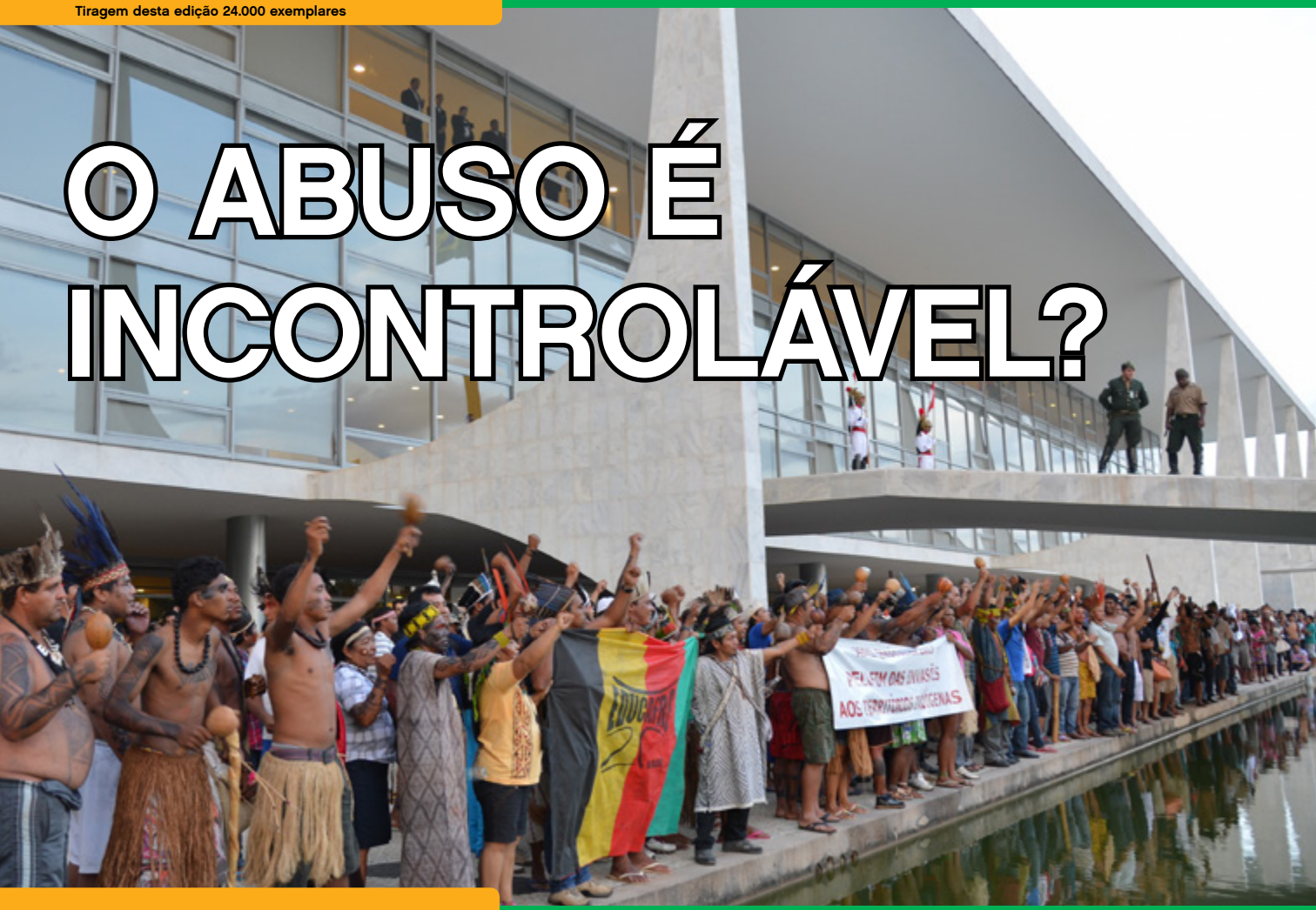
Mala Direta Postal
9912288584/2011-DR/PR
FAEP
CORREIOS

BOLETIM INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1213 - 22/04/2013 a 28/04/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



O ABUSO É INCONTROLÁVEL?

Grãos

Resultados do 1º trimestre

Solos

Conservar é ganhar dinheiro

Eventos

A FAEP em Pato Branco e Toledo

Aos Leitores

Os dividendos que o Paraná remete à economia do país são sistematicamente esquecidos pelo governo federal. Este Boletim, em edições passada, pediu em sua matéria de capa respeito ao Paraná quando um miraculosos (e até agora abstrato) plano para ferrovias foi anunciado por Brasília. Nele os sábios do Planalto Central imaginaram uma ferrovia de Maracajú (MS) a Cascavel que seguiria a Chapecó (SC), e então retornaria a Paranaguá. A absurda ideia foi chamada justificadamente de "Transbaiacu". Promessas de investimentos se repetem, mas obra que é bom, ninguém vê.

Aliado aos constante maus tratos,,e a maior testemunha é o corajoso e sério prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo, a Funai agiu à sorrelfa (dissimuladamente) instalando um Grupo de Trabalho para demarcar terras de Guaíra e Terra Roxa invadidas por supostos índios guaranis. Nem satisfação deu ao prefeito Fabian, que é do PT, sobre essa deletéria (que destrói, danifica) ação.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette esteve no sudoeste (Pato Branco) e no oeste (Toledo) do estado. Abordou essas duas questões com líderes sindicais e produtores. Exatamente no Dia do Índio, cujos representantes, num ato só visto no período militar, invadiram a Câmara Federal e sitiaram o Palácio do Planalto. Os abusos estão incontroláveis?

Índice

Mar Territorial 03
Leite 04
Ambiente 06
Conjuntura de Grãos 10
Conseleite 12
Sanidade 13
Capa 14
Eventos 20
Infraestrutura 22
Notas 27
Eventos Sindicais 28
Via Rápida 30

Fotos: Agências, Divulgação, Fernando Santos e Milton Dória

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal** : Sebastião Olimpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR I Administração Regional do Estado do PR
R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Em defesa do mar territorial do PR

O jornal "Gazeta do Povo" retomou na semana passada a questão do mar territorial paranaense – a porção oceânica relativa a cada um dos estados litorâneos. Nessa discussão estão embutidos os direitos do estado de receber os futuros resultados da exploração das camadas petrolíferas do pré-sal, estimados em nada menos de R$ 2 bilhões por ano a partir de 2022.

Atualmente, em razão de critérios cartográficos estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1986, o mar territorial paranaense constitui-se num diminuto triângulo com o vértice voltado para o alto-mar e sua base medida pela estreita faixa do nosso Litoral. Com essa formação, o estado ficará fora dos campos do pré-sal já descobertos e sem direito aos royalties. Em situação idêntica se encontra também o Piauí, cuja faixa litorânea é também muito reduzida.

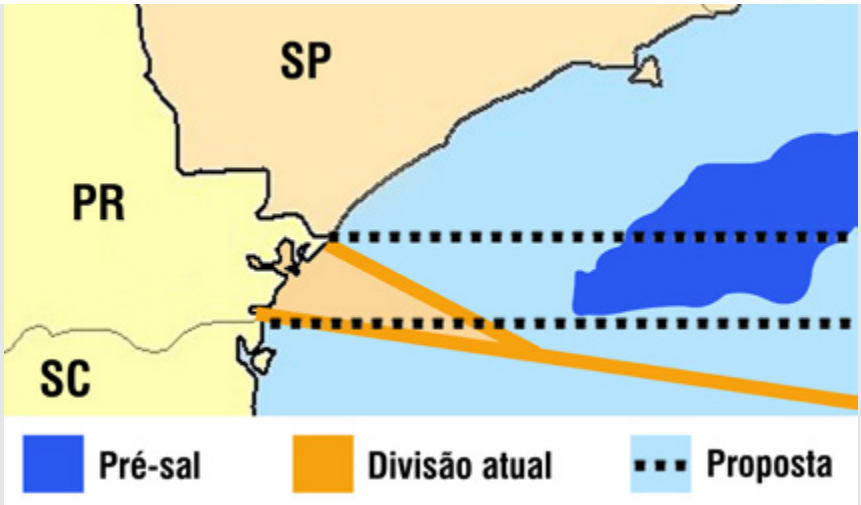
Em entrevista ao jornal, o relator da Medida Provisória (MP) que trata da destinação de 100% dos royalties do petróleo à educação, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), disse que vai propor ao IBGE um novo estudo sobre a divisão do mar territorial entre os estados. As mudanças teriam impacto principalmente na partilha dos recursos do pré-sal. Integrante da comissão mista que discute a MP no Congresso Nacional, o senador paranaense Sérgio Souza (PMDB) disse que a sugestão abre a perspectiva para melhorar a situação do Paraná.

O debate não é novo, lembrou o editorial do jornal. Em 2002, o então deputado federal Gustavo Fruet já havia apresentado projeto modificando os critérios de divisão. Após estudos de especialistas, o parlamentar propôs que as linhas ortogonais adotadas pelo IBGE fossem substituídas por retas paralelas às linhas de latitude partindo dos pontos extremos dos litorais de cada estado.

Nesse modelo, o mar territorial do Paraná (já não mais em forma triangular, mas um retângulo) passaria e englobar os campos de Tupi e Júpiter, com reservas estimadas em 5 bilhões de barris de petróleo. Mas a pressão do Rio de Janeiro e Espírito Santo impediu a adoção do novo critério quando da aprovação da lei que, em 2010, definiu a divisão dos royalties entre os estados. O então presidente Lula vetou justamente a parte do projeto que contemplava a nova proposição.

Apesar da pequena dimensão relativa de seu território (apenas 2,4% do total nacional), ressaltou o jornal, o Paraná responde por grande parte da riqueza do país: 25% da produção de alimentos; 40% da energia hidrelétrica produzida; a indústria é parte ponderável do PIB brasileiro; as exportações de produtos primários e industriais correspondem ¼ das divisas do comércio internacional. E, mesmo assim, o estado não recebe contrapartida na proporção justa da sua contribuição.

Os limites atuais do mar territorial brasileiro foram estabelecidos em 1986 pelo IBGE que introduziu o conceito de linhas geodésicas ortogonais à costa e paralelos para determinar os estados e municípios que são considerados produtores de petróleo em auto mar. A lei, porém é impossível de ser aplicada para o Paraná e o Piauí cuja as faixas geram linhas convergentes e resultam em pequenos triângulos projetados no oceano.



Em outubro de 2011, durante a apreciação do projeto que gerou a nova lei dos royalties de petróleo, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) incluiu em seu substitutivo uma nova divisão do mar territorial. A proposta apresentada por ele (de separação dos estados por linhas paralelas) acabou sendo retirada da versão final por falta de consenso entre as bancadas estaduais no Congresso.

A curva ascendente do leite

Os fatores que elevam o Valor de Referência do Conseleite

A projeção do Valor de Referência do leite ao produtor paranaense para o mês de abril é maior que o valor registrado em março. A informação foi divulgada pelo Conselho Paritário Produtores/Indústria de Leite do Estado do Paraná (Conseleite) em reunião na sede da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), no último dia 16/04, em Curitiba. O aumento no valor recebido pelos produtores vem sendo confirmado pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab).

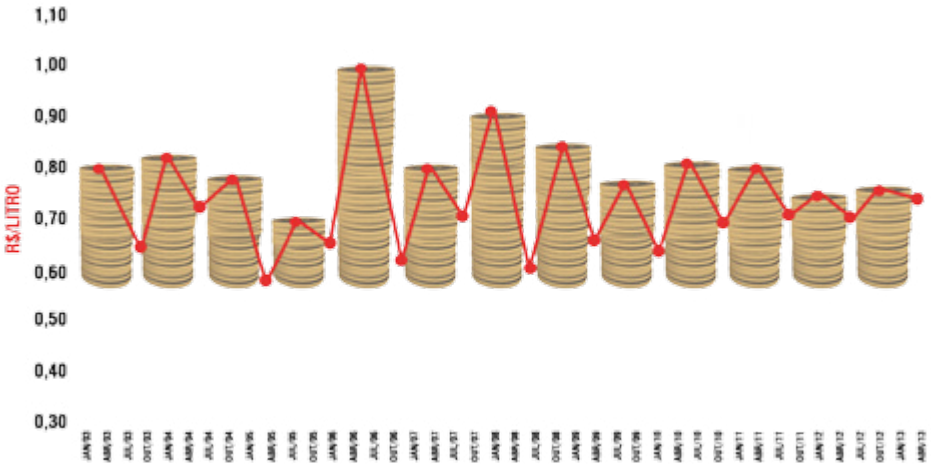
"Os principais fatores que causaram a alta são: o aumento dos preços no mercado internacional, causado pela seca na Nova Zelândia e a redução da produção brasileira em razão da sazonalidade histórica dessa época do ano", informa o vice-presidente do Conseleite Wilson Thiesen, que preside o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná (Sindileite).

Ele comentou ainda a série histórica dos preços de referência apresentados pela Universidade Federal do Estado do Paraná (UFPR), responsável pelo levantamento e acompanhamento de preços de todos os produtos comercializados pelas empresas que fazem parte do Conseleite. Segundo Thiessen, "em termos deflacionados não são os mais altos, pois devemos descontar a inflação. O pico dessas médias aconteceu em 2007 conforme podemos comprovar pelo gráfico abaixo".

Para o diretor geral da indústria LactoBom, que participa do Conseleite, Jandir Fausto Bombardelli, a baixa captação de matéria-prima no mercado interno; a diminuição da importação de derivados lácteos e o aumento do consumo também contribuíram para que o produtor receba mais pelo leite produzido. "Acredito que o valor pago por litro, que está em média R$ 0,85, chegue a R$ 1,00 nas próximas semanas", completa.

Ele informou também que a indústria láctea espera uma recuperação dos preços ao consumidor, pois "o preço do leite pasteurizado ficou estagnado por dois anos em função de uma maior oferta do produto no mercado nacional".

Valores de referência (*) deflacionados Janeiro/2003 a Abril/2013



(*) Preço posto propriedade a partir de julho/2009 e valor de referência para o IN62 a partir de abril de 2012

Profissionalização

O engenheiro-agrônomo, membro da Comissão de Bovinocultura de Leite da FAEP e do Consleite, especialista de mercado da B&M Consultoria, José Manuel Mendonça, acredita que a elevação do preço pago ao produtor também é decorrente de uma maior profissionalização do produtor rural, uma forma de minimizar os efeitos da elevação nos custos de produção como insumos e ração.

"Esse processo de profissionalização pode ser observado pela melhoria da sanidade do rebanho; maior qualidade do leite e produtividade. Um exemplo disso é que há cinco anos quando se falava em uma produção diária de 20 litros/animal era uma situação excepcional. Hoje encontramos com facilidade produtividade de 30litros/dia por animal. Se ele produz mais e melhor, é justo que ganhe mais", completa.

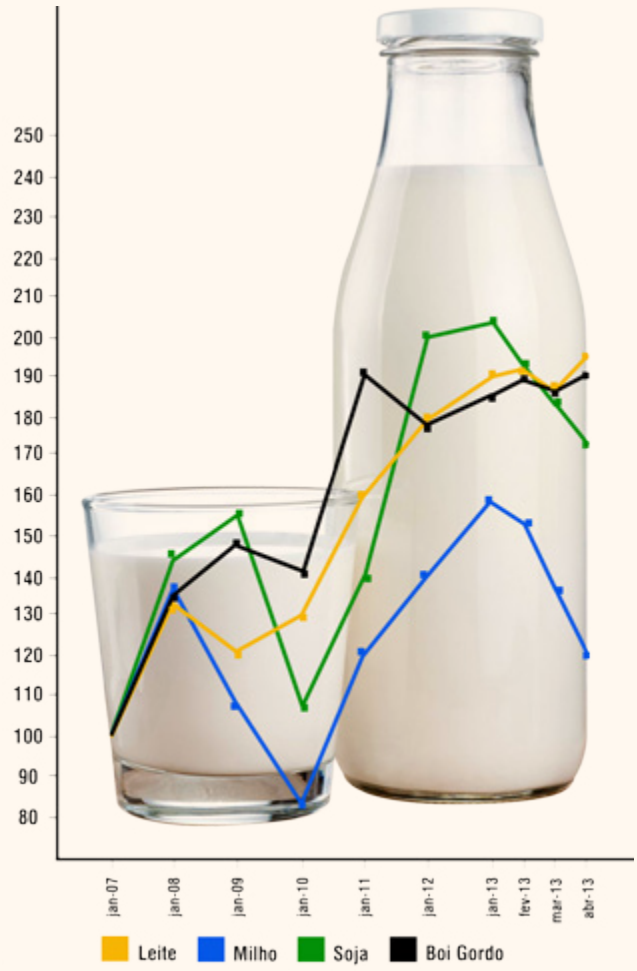
Mendonça lembra também que ao longo de 2012 os preços da soja e milho, principais componentes da ração, tiveram uma grande valorização no mercado internacional. "Os números recuaram, mas há uma tendência mundial de que esses grãos continuem com cotações altas".

Dentro da sua análise, o consultor defende a melhoria na renda do produtor rural. "Quem vive no campo precisa ser bem remunerado pela sua produção. O produtor precisa manter seu padrão de vida para que ele tenha estímulos para continuar no campo produzindo cada vez mais e melhor", diz.

Outro dado importante divulgado durante a reunião do Conseleite é a capacidade de pagamento do leite em relação aos componentes da ração.

No gráfico ao lado observa-se como o preço do leite se manteve estável, enquanto que a soja e o milho registraram altas significativas no ano passado. "Atualmente o comportamento do milho vem apresentando uma queda expressiva, o que já alivia bastante a situação do produtor rural", finaliza o consultor.

Índice de preços ao produtor no Paraná



Fonte: DERAL

Planejamento estratégico

A Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) reúne no dia 8 de maio representantes de instituições ligadas ao setor leiteiro, a fim de reunir subsídios ao Planejamento Estratético para a Cadeia do Leite. Na pauta estarão os seguintes temas:

- Definição de programas de assistência técnica;
- Investimentos na qualidade do leite;
- Padronização e fiscalização do Serviço de Inspeção Federal
- Definição de uma política consistente para a cadeia do leite.

"É claro que poderíamos apresentar uma lista imensa de reivindicações, mas preferimos pontuar quatro tópicos que impulsionam o setor leiteiro promovendo aumento de produtividade com qualidade e retorno financeiro para o segmento", informa o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná (Sindileite) e vice-presidente do Conseleite-PR, Wilson Thiesen.

Solo conservado, dinheiro no bolso

O sistema de plantio direto controla a erosão, mas precisa ser acompanhado de outras práticas conservacionistas

Alerta aos produtores paranaenses. Só o Sistema de Plantio Direto (SPD) não é suficiente para garantir a proteção do solo, reter a água na lavoura e evitar a erosão. A perda de solo tem acontecido frequentemente em todas as regiões do estado e a recomendação é que a técnica do plantio direto deve sempre vir acompanhada de outras práticas conservacionistas, como as curvas de nível e os terraceamentos. Trata-se de um dos temas da III Reunião Paranaense de Ciência do Solo, que acontece entre os dias 7 e 9 de maio em Londrina. Durante o encontro serão realizadas palestras, painéis e minicursos. Processos de degradação do solo: ameaças aos sistemas conservacionistas de produção; Indicadores de qualidade do solo: uma abordagem em construção?; são alguns dos temas abordados nos painéis. Para se inscrever e conferir toda a programação do evento basta acessar www.rpcs2013.com.br.

E justamente quando o assunto é conservação do solo, em entrevista ao Boletim Informativo, os engenheiros-agrônomos Graziela Moraes de Cesare Barbosa, do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), e Oromar João Bertol, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), explicam as práticas de conservação do solo e o que o produtor pode fazer nesse momento para protegê-lo. Graziela é coordenadora e pesquisadora da área de solos no Iapar, Oromar é coordenador do Programa de Gestão de Solos e Água em Microbacias e diretor do Núcleo Estadual Paraná da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS).

A retirada de terraços representa um retrocesso técnico com graves prejuízos à produção agrícola e à preservação dos solos e água, e com consequências negativas, por exemplo, no abastecimento urbano de água como já vem ocorrendo no estado.

BI – O que você define como um plantio direto com qualidade?

Oromar - Em primeiro lugar esse sistema de plantio deve ter uma boa cobertura do solo, as fertilizações devem estar adequadas e possuir as práticas complementares de conservação como curvas de nível, terraceamento e estradas integradas às lavouras. O plantio direto com qualidade é entendido como um conjunto de medidas que permitem o desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

BI - Como o plantio direto não é o sistema de contenção de erosão perfeito, quais outras ferramentas de conservação de solo o produtor pode fazer para tornar o sistema próximo do ideal?

Graziela - A erosão do solo ocorre em função direta do escoamento da chuva, uma vez que é a água que transporta as partículas desagregadas do solo. Com a adoção do SPD, a erosão se reduz pelo aumento da capacidade de infiltração e pela presença da cobertura vegetal sobre a superfície do solo, que reduz o impacto das gotas e dificulta e escoamento da água. Contudo, em anos mais chuvosos, quando é comum a ocorrência de chuvas com alta intensidade, os terraços são essenciais para auxílio no controle da erosão mesmo no SPD. A retirada de terraços representa um retrocesso técnico com graves prejuízos à produção agrícola e à preservação dos solos e água e com consequências negativas, por exemplo, no abastecimento urbano de água como já vem ocorrendo no Estado

O Paraná parou de fazer levantamento das perdas de solo há 20 anos, porque todo mundo achou que o SPD garantiria a conservação do solo. As instituições deixaram de fazer pesquisa e agora perceberam a necessidade de levantar estudos nessa área

BI – Qual a relação entre conservação de solos e a renda do produtor?

Graziela - Mesmo com a adoção do SPD ocorre uma perda da camada superficial, já quo solo mais fértil e contribuindo para a degradação desse recurso natue o solo é carregado. Também acontece a perda de água em maior intensidade levando os nutrientes essenciais às plantas, através do escorrimento superficial. A forma de visualização pelos agricultores dessas perdas é, depois de uma chuva intensa, observar o acúmulo de água e sedimentos que ficam retidos em áreas com terraços bem dimensionados. Uma análise dessa água irá mostrar ao agricultor a grande quantidade de nutrientes que foram levados da sua lavoura. Daí a importância da retenção da água da chuva nas áreas agrícolas. Outra questão importante na renda do produtor deveria ser a premiação do mesmo quando da conservação do solo e da água através de incentivos agrícolas. Quem faz o manejo adequado, preservando um recurso natural, deveria ser reconhecido e incentivado através de políticas públicas.

BI - Quais outros benefícios que podem ser obtidos pelo produtor?

Oromar - Ele pode economizar em fertilizantes, por exemplo. É importante entender que quando a perda de nutrientes ocasiona também a deterioração da água, ao chegar aos mananciais, rios e nascentes. Um exemplo disso é o que está acontecendo no Rio Tibagi, onde uma grande carga de fósforo está sendo depositada e isso causa problema. Nós não estamos só tendo problemas com a perda de solo ou das lavouras, mas também com a água. Vale lembrar que o produtor precisa de água em quantidade e qualidade para poder produzir. As medidas conservacionistas evitam problemas ambientais e significam economia ao produtor.

BI –Há levantamentos sobre o ritmo de perdas de solo em todo o estado? Como podemos diminuir a frequência da erosão?

Oromar - O Paraná parou de fazer levantamento das perdas de solo nos últimos 20 anos, porque todo mundo achou que o sistema plantio direto

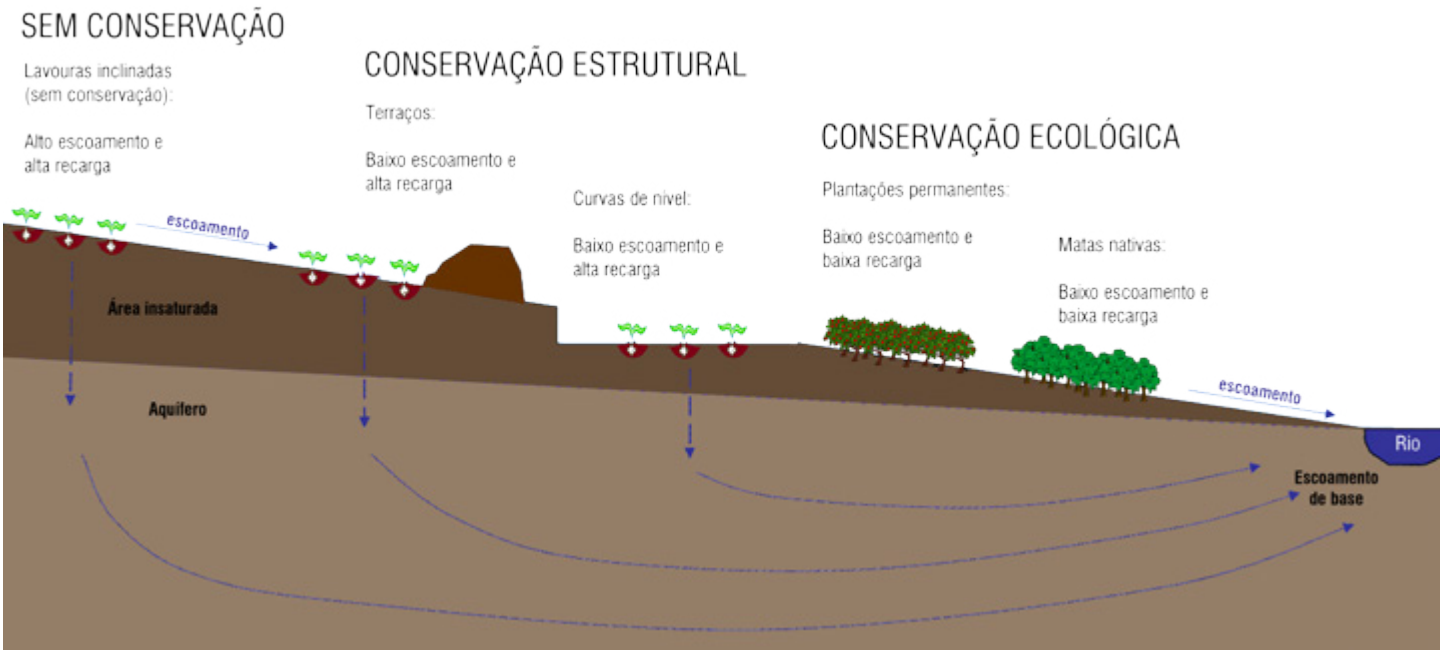
garantiria a conservação do solo. As instituições deixaram de fazer pesquisa e agora perceberam a necessidade de levantar estudos nessa área. A gente percebe claramente problemas de erosão em todo o Estado, temos fotos que comprovam isso. Nós precisamos fazer um levantamento para saber o quanto estamos perdendo e mostrar ao produtor o quanto poderíamos economizar com medidas de conservação de solo adequadas. O governo está lançando um programa de gestão de água e conservação de solos em microbacias justamente para reativar as medidas de controle de erosão usando a microbacia como uma estratégia de trabalho. Porque quando pensamos em meio ambiente precisamos pensar no solo, água e outros recursos, ou seja, pensarmos de forma integrada. A ideia é a de ter uma microbacia, pelo menos, em cada munícipio do estado, para servir como exemplo de como fazer uma agricultura sustentável, ou um plantio direto bem feito. Além do governo, é importante que outras instituições tomem iniciativa.

Deveria haver uma premiação pela conservação do solo e da água através de incentivos agrícolas. Quem faz o manejo adequado, preservando um recurso natural, deveria ser reconhecido e incentivado através de políticas públicas

BI - Qual o papel do produtor nesse processo?

Graziela - O agricultor deve procurar assistência técnica especializada para realizar o planejamento conservacionista de sua propriedade, o que inclui um conjunto de práticas mecânicas, tais como os terraços (espaçados e dimensionados adequadamente segundo o tipo de solo e declividade do terreno), canais escoadouros, estradas internas com traçado correto e obras complementares para escoamento da água, quebra-ventos onde a erosão eólica é importante, e a semeadura em nível. O planejamento deve abranger também práticas que visem a redução do risco de compactação excessiva do solo pelo tráfego de máquinas agrícolas, definindo faixas deteores de umidade do solo apropriadas para as operações agrícolas mecanizadas.

BI- Quando se aborda a questão da preservação do solo o foco costuma ser áreas mecanizadas. Quais são as



Em condições de sem conservação, a água da chuva escorre pelo terreno arrastando camadas fertéis do solo e provocando erosões; enquanto áreas conservadas mantêm essas camadas e contribuem para preservação de mananciais subterrâneos e dos rios. Para isso são recomendadas a conservação estrutural e ecológica.

350 microbacias

O governo estadual iniciou no mês de abril o Programa de Gestão de Solos e Água em Microbacias. Até o final do próximo ano, 350 microbacias serão trabalhadas. Segundo Bertol, 143 delas já estão cadastradas. "Estes são os recursos naturais mais importantes e precisam de cuidado. Temos que garantir trânsito ao agricultor para que ele possa buscar insumos e escoar a produção, além de garantir a qualidade da água por meio de um manejo correto". As primeiras 26 microbacias a serem colocadas em práticas estão localizadas nos núcleos regionais da Secretaria da Agricultura e Abastecimento em Londrina, Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá, Pato Branco, Toledo, Umuarama, Cornélio Procópio, Laranjeiras, Paranavaí e Apucarana.

Sistema de plantio direto

As primeiras experiências brasileiras com plantio direto começaram no início dos anos 70 e o Paraná foi o precursor da tecnologia no país. O primeiro plantio de que se tem notícia foi feito na região de Rolândia, no norte do Estado, pelo produtor Herbert Bartz, em 1973. Ele foi aos Estados Unidos, conheceu e trouxe a técnica para o Brasil. Segundo dados divulgados pela Emater o Paraná concentra 4.900 milhões de hectares plantados no sistema.

ferramentas desejáveis nas propriedades que não utilizam mecanização no Paraná?

Graziela - O produtor deve reconhecer a capacidade de uso do solo a ser explorado pelas lavouras. O relevo, o clima, entre outros, e a importância da assistência técnica trabalhar junto ao agricultor para orientá-lo na melhor escolha. O planejamento conservacionista deve ser executado por um responsável técnico, que irá elencar todas as práticas conservacionistas (edáficas, mecânicas e vegetativas) que cada propriedade exige dentro da capacidade de uso do solo.

Oromar João Bertol - Emater

Graziela Moraes de Cesare Barbosa - Iapar

Conjuntura do primeiro trimestre de grãos

Gilda M. Bozza, economista – DTE/FAEP

Mercado Internacional

No primeiro trimestre de 2013, os preços internacionais das commodities agrícolas (soja, milho e trigo) refletiram a conjuntura do cenário internacional, decorrente de fatores fundamentais e financeiros. Apesar do quadro vigente, os preços das commodities foram superiores àqueles observados em igual período de 2012. Em março, com a divulgação dos estoques trimestrais dos Estados Unidos e a primeira intenção de plantio da safra norte-americana 2013/2014, os preços sofreram impacto negativo.

No caso da soja, o USDA surpreendeu com uma estimativa de estoques acima do aguardado pelo mercado, no entorno de 3,40 milhões de toneladas. Com isso, os preços na Bolsa de Chicago operaram com oscilação contínua, seja face à realização de lucros ou receio de investir no mercado das commodities agrícolas. O preço médio trimestral do grão em 2013 foi de US$ 31,95 por saca, no entorno de 14% superior ao preço médio registrado em igual período de 2012 (US$ 27,98 por/saca).

A maior demanda pela soja norte-americana e os estoques norte-americanos ajustados pressionaram os preços até a primeira quinzena de março. Na segunda quinzena, com as cotações internacionais próximas de US$ 15,00 por bushel, os investidores optaram por realizar lucros. No entendimento do mercado, ao atingir este preço, é o momento de realizar lucros.

A incapacidade do Brasil atender à demanda mundial, haja vista os problemas logísticos existentes, deu força aos preços internacionais da soja na Bolsa de Chicago. A possibilidade de o país repetir os feitos nas exportações, semelhantes ao ano passado, não se mostra passível de realizar, dado que o Brasil não consegue manter o mesmo ritmo de embarques.

Consequentemente, a ineficiência logística refletiu nos prêmios de exportação de soja brasileira, os quais passaram, a partir de 12 de março, a operar no vermelho. O prêmio de exportação no Porto de Paranaguá, chegou a atingir –US$ 28,00 por bushel (-US$ 10,29 /t).

Os preços do milho registrados no 1º semestre de 2013 foram superiores à média observada em igual período de 2012. Os preços internacionais do grão foram 12% superiores, com média em Chicago de US$ 16,93 por saca, contra a média de US$ 15,12 por saca do 1º trimestre de 2012. O nível baixo de estoques mais as condições climáticas adversas para o plantio deram sustentação às cotações do grão.

Preços da soja, milho e trigo na bolsa de Chicago - CBOT (US$/saca)

Produtos	Média janeiro/ março 2013	Média janeiro/ março 2012	Variação (%)
SOJA	31,95	27,98	14,2
MILHO	16,93	15,12	12,0
TRIGO	17,70	14,25	24,2

Fonte: Cbot, www.cbot.com , preços janeiro/março;
1 bushel soja e trigo = 27,216 kg e 1 bushel de milho 25,4 kg,

Mercado Doméstico

A média trimestral dos preços das commodities no mercado doméstico, em 2013, mostrou-se acima da observada em igual período do ano de 2012. De acordo com a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento (SEAB), o preço médio da soja foi de R$ 55,91 por saca contra R$ 44,61 por saca no mesmo período de 2012. A variação foi positiva em R$ 11,30 por saca. Em janeiro de 2013, o preço o chegou a alcançar R$ 59,11 por saca e, com isso, a média mensal foi de R$ 58,91 por saca.

Em fevereiro a média apurada pela SEAB foi de R$ 55,63 por saca. Já em março, por conta do início da colheita, a média foi menor, caindo para R$ 53,33 por saca. O preço médio de R$ 55,95 é considerado remunerador, porquanto segundo a Conab, o preço do custo total é de R$ 38,61 por saca. Até o momento foram colhidos 88% da área prevista e a comercialização da soja paranaense é de 53% da produção estimada. A estimativa da safra da soja para 2012/2013 é de 15,71 milhões de toneladas, com produtividade média de 2.441 kg por hectare.

Milho e Trigo

Para o milho, a média no primeiro trimestre de 2013 foi de R$ 24,49 por saca, preço próximo do custo total de produção de R$ 23,02 por saca. Já a média do primeiro trimestre de 2012 foi de R$ 22,71 por saca. A variação no período foi positiva em R$ 1,78 por saca. A colheita do milho 1ª safra soma 78% da área estimada e a comercialização alcança 32% da produção prevista. Já o plantio de milho 2ª safra alcança 98% da área prevista e a comercialização é de 5%. A produção total de milho paranaense está prevista em 18,32 milhões de toneladas.

No mercado do trigo, a média do primeiro trimestre de 2013 foi de R$ 39,35 por saca, cerca de 66% superior à média registrada em igual período de 2012 (R$ 23,70 por saca), por conta da escassez de oferta. A variação foi positiva em R$ 15,65 por saca.

Porém, o produtor paranaense comercializou 75% da safra em 2012, com preços entre R$ 30,00 e R$ 34,00 por saca, pois é entre agosto e dezembro que se concentra a comercialização visando pagar o custeio da safra nos agentes financeiros. Poucos produtores aproveitaram os melhores preços de 2013. Em abril praticamente toda a safra foi comercializada. O Paraná recuperou a posição de principal produtor do cereal, ultrapassando o Rio Grande do Sul. A produção prevista na safra 2012/13 é de 2,50 milhões de toneladas e produtividade média de 2.964 kg por hectare.

PARANÁ

Preços médios recebidos pelos produtores na soja, milho e trigo - Comparativo 2013 e 2012

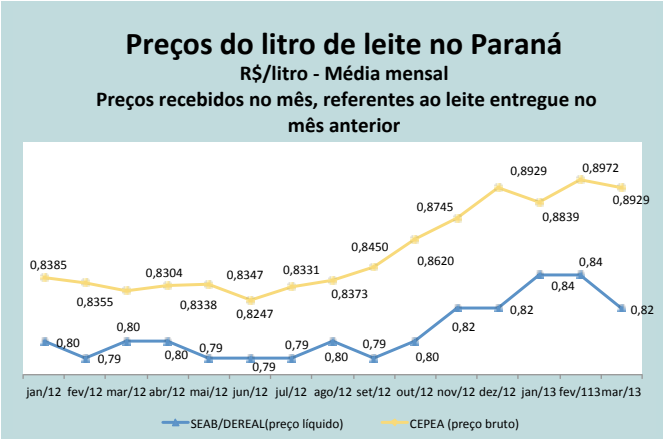
Produtos	Média janeiro a março/2013 (R$/saca)	Média janeiro a março/2012 (R$/saca)	Variação (R$/saca)	Variação (%)
SOJA	55,91	44,61	11,30	25,3
MILHO	24,49	22,71	1,78	7,8
TRIGO	39,35	23,70	15,65	66,0
DÓLAR	1,9956	1,7670	0,2286	12,9

FONTE: SEAB - média janeiro/março

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE–PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 04/2013

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 16 de abril de 2013 na sede FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em março de 2013 e a projeção dos valores de referência para o mês de abril de 2013, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem à matéria-prima leite denominada "Leite Conseleite IN 62", que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas /ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA -PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - MARÇO/2013

Matéria Prima	Valor projetado em março/2013	Valor Final março2013	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7473	0,7533	0,0060

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o "Leite Conseleite IN62" corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA -PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - MARÇO/2013 E PROJETADOS PARA ABRIL/2013

Matéria Prima - Valores finais	Valor final março/2012	Valor projetado abril/2013	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7533	0,7733	0,0200

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o "Leite CONSELEITE IN62" correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de abril de 2013 é de R$ 1,4405/litro.

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 16 de abril de 2013

RONEI VOLPI Presidente **WILSON THIESEN** Vice - Presidente

Saúde no corpo e dinheiro no bolso

As reivindicações dos Conselhos de Sanidade Animal e Vegetal

O Terceiro Encontro Estadual dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs) reuniu 70 representantes de todas as regiões do estado no último dia 12, durante a Exposição Agroindustrial de Londrina. Foi elaborado um documento que será encaminhado às prefeituras, governo estadual e federal com cinco reivindicações básicas:

1 – Fundo de Aval – Criação de um fundo de aval que financie a substituição dos animais com exames positivos para brucelose e tuberculose. O foco são os pequenos produtores que, com financiamento a juro zero ou próximo disso, e um prazo estendido de pagamento, teriam condições de substituir os animais sem eliminar sua fonte de renda.

2 – Campanha alimento seguro - Para solucionar a falta de laboratórios no interior do estado voltados para análise de amostras de leite, o grupo sugere uma Parceria Público-Privada que supra essa deficiência. São reivindicados os serviços do extinto Claspar que antes fazia a classificação de sementes e produtos de origem vegetal, e uma atuação mais eficaz da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) no interior do estado. E que instituições como universidades pudessem participar dessa campanha.

3 – Combate aos produtos clandestinos – Para evitar os abates e comercialização de produtos de origem animal e vegetal sem inspeção sanitária, os CSA's pedem uma reestruturação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) e uma atuação mais eficaz da Vigilância Sanitária dos municípios.

4 – Sanidade animal e vegetal – Como não existe controle eficiente no trânsito de vegetais e animais, os participantes do CSA's pedem que as Guias de Trânsito Animal (G.T.A.) fossem unificadas e eletrônicas.

5 – CSAs regionalizados – Os representantes dos conselhos defendem ações regionalizadas dos CSAs para que os integrantes tenham mais força de atuação junto aos frigoríficos, estabelecimentos comerciais que comercializam produtos de origem animal e vegetal.

"Esse ano mudamos o modelo do evento, dividindo os participantes em mesas redondas para que todos participassem efetivamente das discussões e a apresentação das limitações e dificuldades de cada município que representam", informa o presidente do Sindicato Rural e secretário do CSA de Londrina, Narciso Pissinati que organizou o evento. Pissinati, foi substituído por Werner Okano na presidência do CSA/ Londrina.

Há cinco anos, sistematicamente, o médico-veterinário Celso Doliveira, do Departamento Técnico Econômico da FAEP percorre as regiões do estado, num trabalho incansável de estimular a ação dos CSA's "É preciso ter a exata dimensão do que representa a sanidade animal e vegetal no contexto econômico do Estado e do País", diz ele, porque ela significa um patrimônio inestimável da sociedade, avalia. De fato, o componente da sanidade é fator fundamental dos grandes importadores e exportadores de proteínas animal e vegetal. Ou seja, sanidade é saúde no corpo e dinheiro no bolso.

SEM LIMITES

Os abusos das invasões ao Congresso e Palácio do Planalto

Na semana em que se comemorou o "Dia do Índio" (19), duas sedes de poderes da República – o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, foram alvo de manifestações de índigenas. Com cocares, chocalhos, tambores e paus eles invadiram o plenário da Câmara de Deputados no que denominaram "ato político" contra a Proposta de Emenda Constitucional 215 – a "PEC da FUNAI" que trata da demarcação de terras indígenas e transfere do Poder Executivo ao Congresso essa atribuição constitucional. A atitude desrespeitosa e abusiva foi contornada pelo presidente da Câmara, Henrique Alves, que negociou uma Comissão Especial para o tema no segundo semestre.

A pajelança se repetiu na noite de quinta-feira (18). Desta vez, as centenas de índios tentaram entrar no Palácio do Planalto, onde a presidente Dilma Rousseff não se encontrava (viajara ao Peru e Venezuela), mas não conseguiram passar pela segurança reforçada. Agressivos desacatavam a presidente aos gritos de "Queremos Dilma" e "Dilma Assassina". Tentaram subir a rampa, mas foram impedidos. "Queremos ver a presidente, ou que ela se manifeste a nosso respeito", afirmou um dos representantes do grupo, Neguinho Truca. Outro líder, Marcus Apurinã, avisou que não aceitava mais serem recebidos por ministros e assessores de Dilma "que não fazem nada". As fotos dos manifestantes mostram a maioria com traços fisionômicos característicos de índigenas, mas a obesidade ostensiva de uns demonstra que não são exatamente moradores de aldeias cercadas de rios e florestas.

O fato é que, manipulados ou infiltrados ou não, há uma escalada no país de manifestações que mais parecem de desordeiros das chamadas "minorias". Não custa lembrar a invasão do mesmo Congresso Nacional por um bando de agitadores ligados ao MST que quebraram vidros e agrediram pessoas. Em entrevista ao jornal "Valor Econômico" de sexta feira (19), a antropóloga e demógrafa Marta Maria do Amaral

Nas portas do Palácio e no detalhe com armação Armani e mochila da multinacional Nike. Índio chique!

Azevedo, há quase um ano na presidência da Funai, afirmou: "Acreditamos que conhecendo mais, o preconceito diminui. Como os povos indígenas vivem e vão continuar vivendo no território brasileiro é questão que diz respeito a todos nós". De fato, respeito ao Estado de Direito Democrático é bom e os brasileiros gostam.

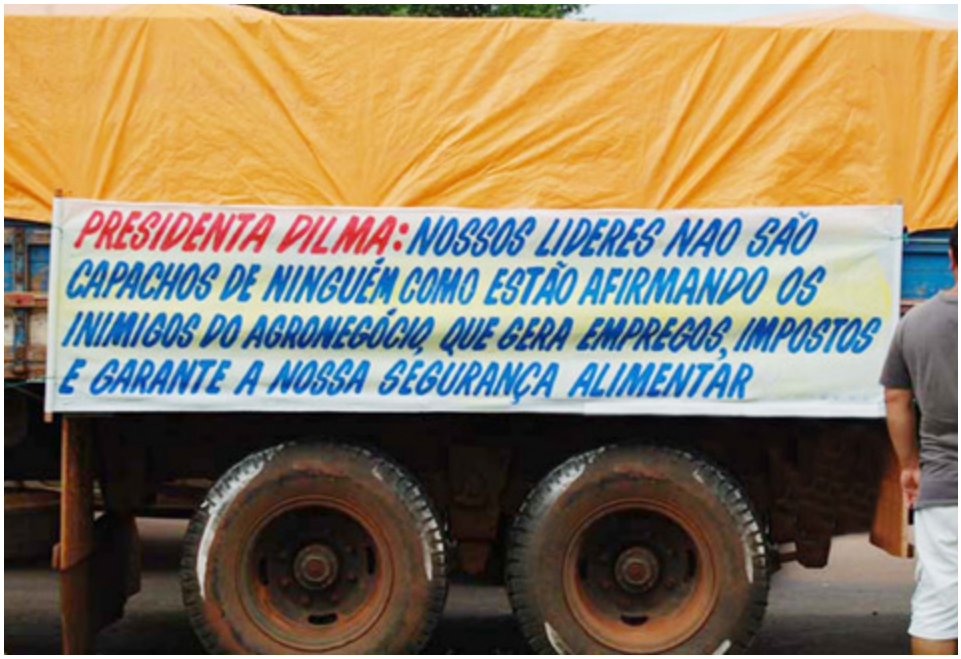
"Você se considera índio?"

Essa pergunta foi feita pelos pesquisadores do IBGE e constava do questionário de 2010 aplicado em terras indígenas. As respostas positivas alcançaram 896.917 entrevistados. Embora não estivessem necessariamente caçando, pescando, plantando produtos básicos (milho e mandioca) e morando em reservas eles se consideraram componentes de alguma tribo. Calcula-se que cerca de 40% deles preferiram ares e facilidades mais urbanas.

Mas essa "minoria" bem protegida por uma legislação paternalista, como ser, por exemplo, inimputável – ou seja não pode ser punida se ferir a lei dos "brancos" – ocupa 12,5% do território nacional, segundo a própria Funai e o IBGE. O número equivale a 1.069.424,34 quilômetros quadrados de terras distribuídos em 503 terras indígenas já reconhecidas. Algo como duas vezes os territórios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul somados, onde vivem cerca de 27 milhões de habitantes deste berço esplêndido ou da pátria-mãe-gentil com 8.514.877 quilômetros quadrados.

Não bastam, porém. Há mais de duas centenas de áreas a serem demarcadas, principalmente na Amazônia. Entretanto, há outras regiões com propriedades tituladas e consolidadas que despertam o olho gordo da cobiça de "povos indígenas" são estimulados por Ongs os casos de invasões pelos guaranis de 13 propriedades em Guaíra e Terra Roxa, no Paraná.

As invasões em Guaíra e Terra Roxa



Em agosto de 2012, índios vindos clandestinamente principalmente do Paraguai fecharam a ponte Ayrton Senna, entre Guaira (PR) e Mundo Novo (MS), e desde então as populações de Guaíra e Terra Roxa, no oeste paranaense, vivem um clima de insegurança. Sob o argumento da Funai de que são territórios históricos de ocupação indígena, 16 propriedades rurais foram invadidas em episódios que se repetiram no vizinho Mato Grosso do Sul.

As terras reivindicadas já são ocupadas e consolidadas por produtores rurais desde o início do século passado, e possuem títulos expedidos pelo Governo Federal.

Ao contrário do que afirma a FUNAI, estes índios já estão incorporados aos costumes da civilização, não sendo mais coletores e caçadores e estando fixados há gerações no vizinho país. Não têm, portanto, nenhuma ligação com o território reivindicado, que vem sendo utilizado na produção agrícola por produtores rurais.

Os arquivos da Itaipu Binacional guardam o levantamento realizado no início dos anos 70 do século passado e que comprovam tal situação.

A Binacional não identificou áreas que hoje poderiam ser enquadradas no § 2º do artigo 231 da Constituição Federal como áreas "tradicionalmente ocupadas pelos índios".

A Funai e as Organizações Não Governamentais (ONGs) por ela orientadas. Criaram um clima de insegurança jurídica e confronto. Essa tem sido a conduta daqueles que visam, pelo emprego arbitrário da força e pela ocupação ilícita de imóveis rurais, constranger o Poder Público para promover demarcações arbitrárias.

Além disso há denúncia, inclusive de parlamentares, de que em meio aos invasores há infiltrações de narcotraficantes e traficantes de armas.

Esse clima inseguro que vem se acentuando foi tema de manifesto entregue à presidente Dilma Roussef por líderes rurais e assinado por Ágide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – (FAEP), e Eduardo Riedel, presidente da Famasul, durante sua visita ao Show Rural, em Cascavel (04.02).

Providências

O manifesto alertava e solicitava à presidente de que "para evitar que a situação se agrave", pedimos providências cabíveis para solucionar o problema, especialmente:

a) a retirada dos índios invasores e o afastamento da região dos funcionários da Funai, que nitidamente tomaram partido e estão fomentando a ação dos indígenas;

b) que o destacamento da Polícia Federal coíba a entrada ilícita de índios paraguaios e de outros estados, bem como para promover as investigações necessárias e cumprir os mandatos de reintegrações de posse;

c) que haja a conversão das orientações da Suprema Corte (especialmente as salvaguardas institucionais), exaradas no acórdão da Petição nº 3388/RR, em que se discutiu a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em ato normativo da Advocacia-Geral da União (AGU) de obrigatória aplicação a toda administração pública, conforme § 1º do artigo 40 da Lei Complementar nº 73/93.

d) e o estabelecimento de uma nova política indigenista fundamentada no Estado Democrático de Direito.

Chega de desmandos

Pronunciamento do presidente da FAEP em Toledo

Eu vejo com muita preocupação esta invasão de indígenas e paraguaios descendentes de guaranis na região Oeste e a possibilidade que isso se alastre e fique parecendo o Mato Grosso do Sul, onde a situação é muito mais grave.

Ainda na semana passada, em Douradina, naquele estado, índios assassinaram um produtor rural, o que é uma prova da situação explosiva a que esta questão está levando.

Em primeiro lugar, é histórico que os índios desta região foram agrupados em reduções pelos Jesuítas em séculos passados, e por eles civilizados.

Portanto não são mais selvagens e foram absorvidos pela civilização. Há séculos deixaram de ser coletores e caçadores. A população do Paraguai é um bom exemplo disso. O grave é que esta invasão esteja sendo patrocinada pela própria Funai, juntamente com algumas Ongs que gostam de tumultuar a vida de quem está produzindo.

Os índios, assim como os "sem terras" são gente pobre que é utilizada por uma camarilha ideológica que não está nem aí para a situação deles. Querem, porque querem, azucrinar a sociedade em nome de ideologias fora de moda e que não levam a nada, a não ser a manutenção da pobreza daqueles que eles alegam defender. Pura fantasia.

Quando a presidente da República esteve em Cascavel, no Show Rural da Copavel, a FAEP, através do nosso vice-presidente Paulo Orso, entregou a ela uma carta denunciando o abuso e alertando para as consequências.

Alguns dias depois, dia 21 de fevereiro, a Chefe da Casa Civil promoveu uma reunião em Brasília, da qual participei, e da qual sinceramente não gostei.

Em primeiro lugar, a representante do governo federal alegou na ocasião que os decretos de demarcações de áreas indígenas já chegam como "fato consumado" à mesa da presidente da República.

Ora, fato consumado é quando a presidente assina o decreto, o que significa que ela pode muito bem não assinar e pedir diligências sobre o assunto. Não precisa ser enganada pela Funai.

Segundo, sabe-se que é a própria Funai quem promove a vinda desses índios e paraguaios para esta região. Como o presidente da Funai é nomeado pela presidente da República, deve lealdade a ela. Se este funcionário público não está cumprindo as determinações superiores, a presidente tem o poder e a obrigação de demiti-lo.

Ela tem também poderes para remover da região aqueles funcionários que estão tumultuando o processo, mas que até agora parecem continuar acomodados por aqui.

E mais, o processo de levantamento antropológico para verificação se os índios realmente estavam aqui na data da

promulgação da Constituição de 1988 ou mesmo alguns anos anteriores, não é imparcial. Portanto inválido por fazer parte de um rito cheio de falhas e de intenções reprováveis.

Também cabe ao governo federal suspender estes estudos e todo resto do processo até que sejam apuradas as suas falhas e até que o Supremo Tribunal Federal dê a conhecer em detalhes a sua decisão sobre as demarcações de áreas indígenas em todo país.

A culpa é de quem? É preciso colocar ordem em tudo isso. Atender ao incisivo e esclarecedor pronunciamento do prefeito de Guaíra, que mostrou na reunião da Casa Civil os desmandos da Funai e os perigos que esta invasão representa para os produtores do Oeste.

Naquela ocasião foi sugerido que a CNA e outras instituições endereçassem pedido formal ao Ministro da Justiça, a quem está subordinado a Funai, para que fossem suspensos todos os processos de demarcação de áreas indígenas.

O gabinete da Casa Civil fica no quarto andar do Palácio do Planalto, um andar acima do gabinete da presidente da República. Um lance de escada bastava para a presidente ser informada do que estava se passando para que ela, com um telefonema, desse uma ordem ao ministro para suspender as demarcações e remover da região os agitadores da Funai. Bem mais fácil do que um pedido formal das entidades. E certamente muito mais eficiente, também.

Como veem, parece não haver muito interesse em resolver o problema. Parecem fatos consumados: os funcionários da Funai fazendo o que querem, o ministro da Justiça aparentemente alheio e a presidente da República fora do processo.

A culpa é de quem? O fim do direito de propriedade. De quem tem poderes para resolver o problema e não está fazendo o que é preciso.

Há nítida vontade do governo de tumultuar a questão fundiária no país. Lembro, por exemplo, do famigerado decreto 7.037 de 21 de dezembro de 2009 do governo anterior (por sinal assinado na véspera do Natal para passar despercebido da imprensa e da opinião pública) que versava sobre Direitos Humanos.

Este decreto absurdo preconizava – entre outras tantas bobagens - que, para conceder reintegração de posse de terra ou imóvel invadido, o juiz deveria convocar uma audiência com a participação do proprietário invadido, do Ministério Púbico, da Defensoria Pública e dos invasores.

Naquela ocasião, a FAEP e muitas outras instituições se manifestaram taxativamente contra essa tentativa de esbulho e o governo recuou. Até mesmo porque as eleições estavam próximas.

Recuou, mas não desistiu. Agora se pretende incluir no Código do Processo Civil, que está sendo revisado, dispositivo semelhante. Quer dizer: se o Congresso Nacional aprovar esta barbaridade, não existirá mais o direito de propriedade.

Os invasores – pasmem – passam a ter o mesmo direito – ou até mais – do proprietário para discutir se a invasão foi " legítima". Pelo amor de Deus... Invasão legítima, onde já se viu isso?

Em última análise, se os índios ou "sem terras" invadirem propriedades aqui no Oeste, ou em qualquer outro lugar do país, o juiz não poderá mais ordenar a reintegração de posse liminarmente. Terá que ouvir as partes envolvidas – os invasores principalmente – o Ministério Público e sei lá mais

quem. E o proprietário em minoria.

Avaliem o perigo que todos nós estamos correndo, até porque invasão não é só de terra, pode ser de imóvel urbano.

Se isto passar no Congresso acabou-se o direito de propriedade. Invasão deixa de ser crime e passa a ser um direito.

Nesta questão das invasões indígenas, a FAEP e a CNA estão atentas ao problema, que afeta tanto ao nosso estado como ao Mato Grosso do Sul. Mas nós não temos a caneta e nem a voz para dar as ordens.

Isso é com o governo federal. Dele é a obrigação de resolver o problema. Por essa razão é preciso uma forte união de todas as lideranças e pressão – muita pressão – sobre nossos parlamentares e ministros paranaenses para obrigar o governo federal a tomar providências concretas e enérgicas para acabar com esses abusos.

Tenho a certeza que, se todos nós unirmos esforços e falarmos uma só linguagem, firme e alto, as autoridades terão que nos ouvir e terão que atender nossos legítimos interesses. Uma boa oportunidade se abre na audiência pública, aprovada pelo Congresso, para ouvir autoridades. Temos quer voz nesta ocasião.

É a oportunidade para apresentar provas e argumentos contra os desmandos da Funai. Demonstrar com comprovações antropológicas – que já devem existir e que não sejam aquelas levantadas pela Funai – que os indígenas já deixaram esta área há muito tempo.

É uma oportunidade para cobrar ação do governo federal. Essas comprovações servirão, também, para medidas judiciais que se fizerem necessárias.

Nossos deputados e senadores – que podem interferir no processo – precisam ter plena consciência do que está sendo tratado para que possam defender com eficiência e eficácia nossas posições.

O que é preciso é acabar logo com essa bagunça e com essa insegurança. Com todas essas ameaças ainda querem que o produtor tenha paz para produzir.

À espera de resposta

Em 21 de fevereiro a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, recebeu em seu gabinete no Palácio do Planalto a presidente da CNA, Kátia Abreu; os presidentes das Federações de Agricultura do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette, do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Eduardo Riedel; e os presidentes dos sindicatos rurais de Tacuru (MS), Maria Neide Casagrande Munaretto; de Iguatemi (MS), Hilário Parisi; e de Amambai (MS), Diogo Peixoto; prefeito de Iguatemi, José Roberto Felippe Arcoverde e o senador Waldemir Moka. A questão das invasões por índios em propriedades rurais de Guaíra e Terra Roxa foi um dos temas tratados. Até então não havia reação do governo. Ela veio em forma de ofício da Funai criando um grupo técnico de trabalho para realizar estudos de demarcação de áreas invadidas em Guaíra (veja pág. 21).

Um Raio X dos problemas do agronegócio

Presidente da FAEP, Ágide Meneguette , em Pato Branco e Toledo

Por Cynthia Calderon

O governo federal alardeia planos e projetos para a infraestrutura, mas a realidade fora das porteiras das propriedades rurais é outra. A armazenagem, as rodovias (e pedágios exorbitantes), ferrovias sucateadas e de fretes abusivos, e portos encalacrados por falta de investimentos formam um cenário muito conhecido pelos produtores e superficialmente pela população brasileira, quando se torna tema de reportagens na TV e em jornais.

Para expor, tratar e discutir desses temas vitais ao agronegócio, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, esteve na manhã de sexta feira (19), em Pato Branco, no Sudoeste, e em Toledo, no Oeste paranaense, em encontros com lideranças sindicais, autoridades e produtores.

"Nós tomamos essa iniciativa de organizar esse encontro e cobrar as melhorias que o nosso porto necessita, porque o Paraná, maior produtor de grãos, mesmo sendo pequeno no território, merece isso", disse Oradi Francisco Caldato, presidente do Sindicato Rural de Pato Branco e da Associação dos Sindicatos Rurais do Sudoeste do Paraná (Assinepar). Ele lembrou que "os agricultores têm investido pesado e a produção será cada vez maior e melhor. Isso tem um lado positivo, mas o estado precisa assumir seu papel para dar escoamento a toda essa produtividade".

Em seu pronunciamento, o presidente da FAEP fez um raio-x da infraestrutura existente no estado e a questão do porto paranaense foi dissecada pelo seu superintendente Luiz Henrique Dividino (veja pág. 26). O "patinho feio" da Federação brasileira foi resumido no fato do Paraná ser o 5º estado em arrecadação para a União e o 23º no retorno em recursos federais, como afirmou o deputado Valdir Rossoni, presidente da Assembleia Legislativa. Com a experiência de presidente da Associação Paranaense e Brasileira de Cereais, Luiz Fernando Guerra resumiu: "o que produzimos em uma hora hoje, produzíamos em um dia tempos atrás".

À tarde, em Toledo, o debate realizado no auditório da Fasul se deu em torno das invasões de terras pelos índios. Estavam presentes no encontro presidido por Nelson Natalino Paludo, do Sindicato Rural e do Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná (Nurespop), o prefeito do município Luiz Adalberto Beto Lunitti Paganusatto, os deputados federais Osmar Serraglio (PMDB) e Dilceu Sperafico (PP), e o deputado estadual Elton Welter (PT). "Não estamos tranquilos precisamos ter segurança. Toledo é o primeiro PIB agropecuário do Paraná, somos produtores trabalhando para sobreviver e precisamos de segurança jurídica", disse Paludo.

Prefeito de Guaíra questiona Funai

O prefeito de Guaíra, Fabian Persi Vendruscolo (PT), enviou carta à FAEP solicitando análise da entidade em relação às invasões de propriedades agrícolas promovidas por índios guaranis em seu município e também em Terra Roxa. Na correspondência, o prefeito se diz preocupado principalmente com a atitude da Funai em constituir um grupo técnico para realizar estudos de identificação e delimitação de terras à revelia do município, pois em nenhum momento o poder executivo local foi comunicado.

Segundo Fabian Persi, a conduta da autarquia federal chama atenção à medida que, oficialmente hoje, só existem duas ocupações que são objetos de estudos para uma possível demarcação no futuro. No entanto, ressalta ele, a Funai encaminhou duas portarias, de números 136 e 11, informando que o grupo técnico passará a coletar dados das ocupações conhecidas com Tekoha Araguaju, Tekoha Porã e Tekoha Maranguatu , localizadas em Guaíra, para uma futura demarcação.

Outro ponto destacado pelo prefeito é o fato de que, atualmente, há inúmeras outras ocupações ocorridas em Guaíra e Terra Roxa, sob a apreciação da Justiça Federal, mas que não possuem qualquer procedimento administrativo em elaboração na própria Funai para estudo de demarcação. Assim, no entendimento do prefeito, essas áreas deveriam ser reintegradas aos seus proprietários legais.

Ágide: Mobilização de Produtores

Em Toledo, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette declarou que é necessário existir pressão sobre os políticos do estado para tratar das invasões indígenas. "E daremos respaldo mobilizando quantos produtores forem necessários para dar respaldo aos nossos congressistas, como fizemos nas discussões do novo Código Florestal" completou. A carta enviada pelo prefeito Vendruscolo, de Guaíra, foi entregue na ocasião ao deputado federal, Osmar Serraglio, coordenador da bancada paranaense na Câmara Federal.

Ágide debate infraestrutura com produtores

Não é de hoje que a infraestrutura no Paraná é uma grande preocupação da FAEP para guarda e escoamento das contínuas safras recordes. O sucesso acontece no campo, mas não garante a rentabilidade devida ao produtor diante dos problemas de rodovias, ferrovias, portos e armazéns. Em visita ao Sudoeste e Oeste do estado, Ágide Meneguette, presidente da instituição, debateu com produtores o atual quadro dos modais no estado e o BI apresenta os pontos destacados nos encontros.

A BR-277 não suporta o grande volume que vai – os grãos, as carnes – nem o volume que vem – os fertilizantes, o cimento e outros insumos necessários ao desenvolvimento da região. Enquanto isso a Ferroeoste, que deveria transportar de 5 a 6 milhões de toneladas por ano, mas que não chega a 2 milhões toneladas, é uma ferrovia "meia-boca" por falta de investimentos na sua complementação e que apresenta problemas de projeto, como o gargalo no traçado entre Guarapuava e Paranaguá.

Ferroeste

Embora o Oeste paranaense seja responsável por grande parte da produção de grãos e de carnes do Brasil, a região está quase ilhada por falta de duas coisas que existe só pela metade. A região é ligada ao Porto de Paranaguá por duas vias: uma rodovia de pista simples e uma ferrovia ineficiente.

Pedágio

O pedágio é uma novela sem fim porque parece não haver interesse no seu término. Até hoje não se conhece bem o seu enredo: quais as obrigações contratuais das concessionárias? O que deixou de ser feito? Por que deixou de seu feito? Qual a responsabilidade do estado? São perguntas a serem respondidas.

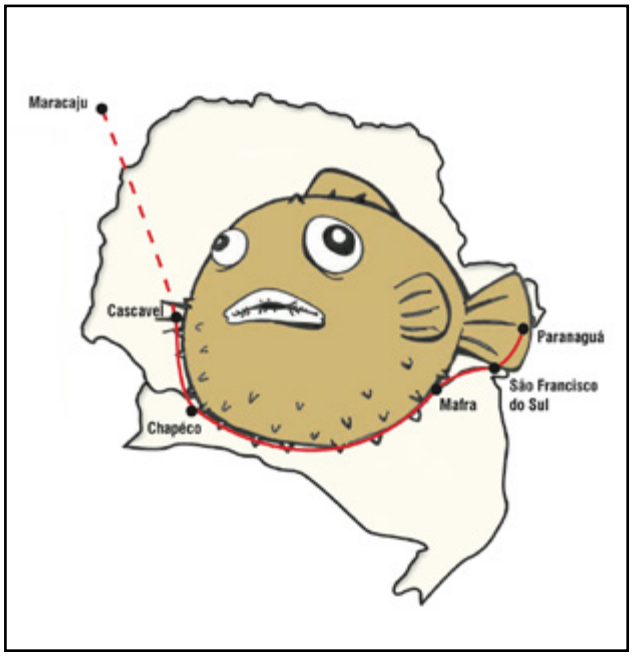
É preciso uma auditoria completa, que analise em profundidade todos os aspectos sobre a concessão. Caso contrário sempre ficará uma desconfiança de que tem coisa errada.

A desconfiança justificada, pois a tarifa que cobram nos postos de pedágio não tem nada a ver com o equilíbrio econômico- financeiro das concessionárias como estabelecem as regras de concessão.

Assim, é de se imaginar que elas estão ganhando horrores acima do que seria uma remuneração justa pela prestação de um serviço público. E, portanto, são infundados os pretextos para que não tenham feito as obras de duplicação e melhorias contratuais.

Vale lembrar que o mercado doméstico também é destino da produção do Oeste e são necessárias rodovias adequadas para transportar grãos e carnes aos demais estados da Federação. Por isso, a FAEP tem cobrado isso do governo do estado, mas é preciso pressão local das lideranças e políticos do Oeste.

Transbaiacu



Há uma promessa – e por enquanto só promessa – de uma obra que vai ligar Maracaju (MS) ao porto de Paranaguá, passando por Cascavel, usando o leito da Ferroeste, em bitola larga.

Tomara que seja verdade, pois não estava nos planos do Governo Federal anunciados no início do ano. Quando o Paraná protestou, inventaram um traçado passando por Mafra e São Francisco do Sul, em Santa Catarina, atravessando duas baías (São Francisco e Guaratuba), fazendo uma imensa curva para chegar a Paranaguá. Nosso pessoal na FAEP não resistiu e apelidou esta ferrovia de "Transbaiacu".

Ao perceber a grande bobagem que tinha feito, o governo federal recuou e prometeu um novo traçado para facilitar o escoamento da produção do Oeste. Mas - e aqui temos a "peninha trabalhando"- existe outro projeto. Um projeto ligando a mesma região de Maracaju ao Porto de Santos, saindo por São Paulo. Afinal, o que realmente está valendo?

O governo federal prometeu licitar a elaboração de um projeto da nossa ferrovia ainda este mês, mas isso não garante que ela vá ser construída.

Armazenagem

É preciso ter estocagem que permita escolher a melhor época para vender o produto. A FAEP encomendou um estudo da Escola Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, (Esalq-Log) para identificar todos os obstáculos à melhor condição de comercialização de nossa produção.Este estudo está em andamento e futuramente permitirá uma avaliação de toda infraestrutura de silos e armazéns no estado.

Porto de Paranaguá

Usamos Paranaguá porque o preço de nossas commodities depende de cotações internacionais e neste caso a participação do porto é crucial. Quando há demora no embarque, há filas de caminhões e navios, e os nossos produtos pagam um "prêmio negativo". Isto é, valem menos ou, dizendo diretamente, valem menos para o produtor rural, que sempre acaba pagando a conta.

É preciso lembrar que o Porto de Paranaguá não pertence ao Paraná. Pertence à União. Portanto, quem tem que fazer investimentos no porto é o Governo Federal. Ao Paraná foi delegada a administração e tão somente isto e que o governo do estado poderia fazer para melhorar o porto foi feito: a dragagem do canal de acesso, que voltou a permitir que saíssem do cais navios com 60 mil toneladas. Para isso havia recursos do próprio porto, arrecadado dos operadores de Paranaguá.

O último investimento do governo federal – ou melhor – a última tentativa de fazer investimento no porto ainda é do tempo do Fernando Henrique. Um convênio com o Governo do Paraná, de R$ 190 milhões – que, corrigidos, hoje valeriam R$ 343 milhões. As obras estavam licitadas e em fase de contratação quando o governo do Estado que assumiu em 2003 interrompeu o processo e anulou a licitação, sob a alegação de que "ele faria mais barato".

Os R$ 190 milhões, a fundo perdido, sem nenhum gasto para o Estado, foram devolvidos para que fosse assinado um novo convênio, com obras supostamente mais baratas. O novo convênio baixou o valor para R$ 148,5 milhões, mas exigia uma contrapartida do estado de R$ 29,7 milhões. Bem diferente que o primeiro. E, por fim, o novo projeto nem saiu do papel – era outro, bem menos interessante que o licitado anteriormente e com várias irregularidades.

Resultado: em face às irregularidades, o governo federal denunciou este segundo convênio e o Paraná ficou a " ver navios".... fora da barra. O dinheiro não veio e as obras não foram feitas. E que obras eram essas? As obras do cais Oeste com mais três grandes berços, que aumentariam significativamente a capacidade de embarque do porto. E que a esta altura já estariam operando.

Naquela época o porto já mostrava nítidos sinais de saturação, embarcando 17 milhões de toneladas em 2002,

contra os 23 milhões de toneladas no ano passado. A partir de então foi o que se viu: fila de caminhões e fila de navios, que ficam fora da vista do público, mas que são mais caros que os caminhões com pagamento de diárias – as demurrages – de 35 mil dólares.

Dinheiro federal? Nunca mais vimos a cor dele. Enquanto isso, o Porto do Rio Grande recebeu investimentos da ordem de R$ 3 bilhões. Atualmente, o Porto de Santos tem obras em andamento no valor de R$ 1,3 bilhão.

O Paraná precisa criar uma união de esforços e exigir do governo federal as obras necessárias. Usar a nossa bancada no Congresso Nacional e os nossos três ministros. Chega de ser o "patinho feio" do sul, de receber os menores recursos da União. Para este exercício, o valor a ser utilizado em obras no Rio Grande do Sul é de 2,6 bilhões de reais; em Santa Catarina 2 bilhões de reais e no Paraná apenas 1,6 bilhões.

Retrato atual

Tudo reunido - rodovias e ferrovia, porto, burocracia - faz com que o custo de transferência torne os produtos da agropecuária menos competitivos. Exportar pelo Brasil custa 84 dólares a tonelada contra 21 dólares nos Estados Unidos. Como está diferença é tirada do preço pago ao produtor, ela significa que a ineficiência da logística é prejuízo direto para ele e indireto para as comunidades que vivem no interior e que têm suas economias locais baseadas na produção agropecuária.

O que está acontecendo hoje não tem remédio a curto prazo. Depende de o governo federal enxergar grande a contribuição do Paraná para o Brasil e resolver investir em nosso Estado. O agronegócio gerou para o Brasil, no ano passado, 91 bilhões de dólares. Não fosse isso, a balança comercial do país teria sido deficitária porque os outros setores reunidos não conseguiram saldos positivos.

O Paraná, por sua vez, participou em 2012, com 13 bilhões dólares, 14 % do total. Para um estado que representa 2,6% do território brasileiro é uma grande façanha. E este resultado foi obtido nas condições mais adversas possíveis.

Tivemos seca e chuvas em horas erradas e, o mais importante, usando uma infraestrutura precária. Enfim, saber que o agronegócio é importante, o governo federal sabe muito bem. Do que precisamos em infraestrutura – porto, rodovias, ferrovias, armazéns – também sabe, mas pouco faz.

Porto de Paranaguá recebe R$ 367 milhões do Estado

Luiz Henrique Dividino em Pato Branco

O Porto de Paranaguá está recebendo investimentos do Governo Estadual de R$ 367 milhões. Entre as obras já realizadas são destaque a conclusão da dragagem dos berços, a continuidade da dragagem do Canal da Galheta, a implantação do sistema de senhas para os caminhoneiros pela internet e o início do segundo canal de devolução dos navios ao oceano.

O balanço foi apresentado pelo superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Luiz Henrique Dividino, durante encontro com produtores em Pato Branco. Segundo ele, as melhorias realizadas estão de acordo com os compromissos assumidos no ano passado com o Fórum Permanente de Desenvolvimento (Paraná 10 Futuro), do qual a FAEP faz parte com outras entidades empresariais. "Todos projetos concluídos só foram possíveis com a aplicação dos recursos existentes no próprio caixa do porto", ressaltou.

Com uma baía de 600 km², o principal problema na operação em Paranaguá é o assoreamento do leito marinho, que, por ação das marés e correntes, recebe de volta todo o material retirado do fundo. Por isso, o trabalho de dragagem para aumentar a profundidade do Canal da Galheta vem sendo priorizado, com a recuperação de marcas históricas: depois de uma década, a profundidade voltou aos 15 metros, permitindo a entrada de navios maiores.

Outro ponto que tem recebido atenção da APPA é a modernização dos equipamentos usados no carregamento dos navios, como a adoção de pranchas de descarga de maior velocidade. Até então esta categoria de equipamento respondia só por 11% das operações e, atualmente, já chega a 45%. Além disso, já está em curso a troca dos antigos shiploaders – máquinas de carregamento de sólidos –, que restringem o enchimento dos porões de navios em uma única operação, e a implementação das estruturas que permitirão as operações de carga e descarga em dias de chuva.

Essa modernização acontece às custas de investimentos do Estado mesmo sem o Paraná ser o "dono" do porto, que pertence a União, a fim de evitar que os setores produtivos paranaenses sofram com a falta de investimentos do governo federal.

Codapar/Coamo

Para agilizar o processo de classificação de grãos destinados à exportação, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário (Codapar), em parceria com o Coamo Agroindustrial, está colocando em funcionamento o projeto piloto denominado Centro Logístico do Interior. O primeiro será em Guarapuava e outros quatro funcioanrão nos municípios de Cascavel, Maringá, Ponta Grossa e Campo Largo.

O primeiro posto de classificação do interior funcionará das 7 às 23 horas. Para equipar e construir os dois primeiros centros de classificação, que incluem pátios de estacionamento dos caminhões - Guarapuava e Cascavel - o governo está investindo R$2,3 milhões. Diante dessa demanda também serão contratados 10 técnicos, que também serão capacitados.

O diretor de Operações da Codapar, Sinval Reis, explica que este piloto faz parte de um conjunto de ações do governo para solucionar o problema de filas de caminhões no Porto de Paranaguá. “Todo produto de exportação tem que estar dentro do padrão exigido pelos importadores e exportadores. Portanto a classificação de grãos é essencial para que as exportações sejam viabilizadas”. explicou. Ele informou ainda que a Secretaria da Agricultura estima que a safra de grãos paranaense esse ano será de 37 milhões de toneladas.

A Crise do café

A cafeicultura do Paraná está pedindo socorro. No último dia 10 de abril, mais de 700 produtores colocaram uma faixa preta no braço para chamar a atenção do governo estadual e federal em relação aos problemas que ameaçam a cultura de café no estado. O movimento ocorreu durante o 21º Encontro dos Cafeicultores na Expolondrina. “O pano preto amarrado no braço significa que a cafeicultura está de luto. O objetivo foi mostrar as nossas dificuldades e reivindicar ações imediatas para salvar a atividade. Se o setor não for atendido será o fim da cafeicultura no estado”, justificou o presidente da Comissão de Cafeicultura do Sistema FAEP e líder do movimento, Walter Ferreira Lima.

PÉROLA

Posse

No dia 27 de março foi empossada a diretoria eleita do sindicato Rural de Pérola. Foram eleitos Antônio Azedo como presidente; Paulo Raphael Gomes como vice-presidente; Luiz Sidival Azedo e Romeu Bolson como secretários e Rodrigo Fernando Gomes e Jair Ferreira como tesoureiros. Essa diretoria fica no cargo até 28 de março de 2016.

CORNÉLIO PROCÓPIO

Classificação de Café

Na primeira quinzena de março, o Sindicato Rural de Cornélio Procópio promoveu o curso de Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - classificação de grãos - classificação por tipo de bebida - 24 horas, para produtores trabalhadores rurais. O curso foi coordenado pela engenheira- agrônoma, Raquel Nader Resende Fraiz e pelo técnico/classificador e degustador de café, José Adalto de Oliveira.

LAPA

Aplicação Agrotóxicos

Nos dias 18,19 e 20 de fevereiro, o Sindicato Rural da Lapa, em parceria com a Empresa Clone Viveiros da Lapa, realizou o curso de Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - costal - manual - NR 31. O curso teve a participação de 15 produtores e trabalhadores rurais e o instrutor foi Eder Paulo Arrabal Arias.

TIBAGI

Motosserra

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com o SENAR-PR, promoveu o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Motosserra - traçamento de madeira, realizado na Fazenda São Carlos. As aulas aconteceram no período de 18 a 22 de março, com carga horária de 40 horas. O curso demonstra o emprego de técnicas corretas na operação de motosserra durante o corte de toras. Quatro produtores e trabalhadores rurais fizeram curso com o instrutor o professor Laércio Jorge Kubiak.

REALEZA

Manejo e ordenha

O Sindicato Rural de Realeza, em parceria com a Secretaria de Agricultura de Santa Izabel do Oeste, realizou, no período de 18 a 22 de março, o curso de Trabalhador na Bovinocultura de Leite - manejo e ordenha, com carga horária de 28 horas. O objetivo é orientar o produtor a realizar corretamente as principais práticas de manejo envolvidas na atividade leiteira. O curso teve a participação de 12 produtores rurais, e o instrutor foi Marcelo Zatta.

NOVA LONDRINA

Posse

No dia 5 de abril, foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Nova Londrina. O diretor secretário da FAEP Livaldo Gemin participou da cerimônia. Foram eleitos: Gino Yukihiro Condo como presidente; Gilson Thimoteo Leitão, vice-presidente; Antônio dos Santos Pires, secretário e Alessio Roman como tesoureiro. Essa diretoria fica no cargo até 8 de abril de 2016.

GUARAPUAVA

Visita

O Sindicato Rural de Guarapuava e a Regional do Senar no município receberam no dia 8 de abril a visita do novo superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto. À noite, numa confraternização na sede do sindicato, Malucelli conversou com o segundo vice-presidente do Sindicato Rural, Anton Gora; com o secretário municipal de Agricultura de Guarapuava, Itacir Vezzaro, produtores rurais e representantes de entidades ligadas ao setor. A visita faz parte de um giro pelo estado com o objetivo de conhecer pessoalmente as lideranças regionais da entidade e dos sindicatos rurais. Malucelli também visitou a Cooperativa Agrária.

MARIALVA

Jardineiro

O Sindicato Rural de Marialva realizou o curso de Jardineiro – implementação e manutenção - no período de 25 a 27 de fevereiro e 1º de março. A instrutora do grupo de 10 produtores e produtoras rurais foi Cassia Helena Borghi de Barros e as aulas aconteceram na sede do sindicato.

Canal do Panamá

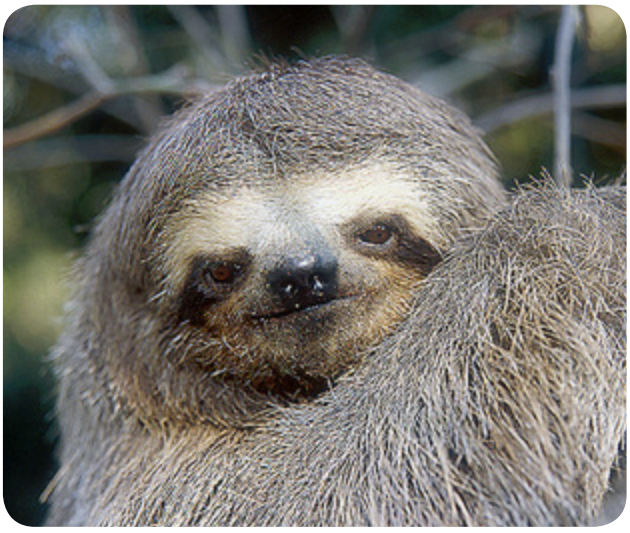
Com 82 quilômetros de extensão, ligando o oceano Pacífico ao Atlântico, o Canal do Panamá foi construído por engenheiros da França e dos Estados Unidos que compraram a concessão por sua posse em 1904 e assumiram a obra. O canal já deu passagem a mais de 1 milhão de navios até hoje. Antes de sua inauguração, em 1914, navios cargueiros e petroleiros precisavam dar uma volta de 14 mil quilômetros, pelo Cabo de Horn, ponta sul do Chile, para ir de um ao outro oceano. Ao custo de US$ 10 bilhões está sendo terminado um desvio de 1,5 quilômetro de extensão, com 95 metros de largura e 60 metros de profundidade, permitindo a passagem de embarcações de grande calado, que hoje não conseguem cruzar as comportas existentes.

O homem-bomba

A Coréia do Norte virou tema da política internacional devido às ameaças nucleares do seu presidente, o jovem maluquinho Kim Jong-un. Mas apenas a metade do arsenal atômico de um submarino americano destruria as maiores cidades coreanas. Mais preocupantes, porém, são as forças convencionais, 1,6 milhão de combatentes - homens e mulheres. As reservas especiais, prontas para ação 72 horas após a mobilização somam 4,7 milhões.

Câmbio, desligo

O radioamadorismo foi iniciado com os experimentos do padre brasileiro Roberto Landell de Moura e do italiano Guglielmo Marconi, que realizaram as primeiras transmissões no final do século XIX e início do século XX. O radioamadorismo é mais conhecido pelo serviço gratuito que presta quando ocorrem desastres naturais, aquisição de remédios difíceis e por ter ajudado na localização de pessoas e até veículos roubados. Você obtém mais informações no site: http://www.radioamador.com/site



O simpático preguiça

Com a estratégia de sobrevivência nos movimentos lentos e silenciosos e a pelagem que se confunde com as árvores, o bicho-preguiça é natural da Mata Atlântica e da Amazônia. Passam quase todo o tempo de seus 50 anos de vida (em média) em cima das árvores, onde se alimentam de 22 espécies diferentes de vegetação e dormem cerca de 14 horas diárias. Vítimas também das queimadas, as preguiças costumam fugir para áreas próximas às cidades.

Pobres coitados

Beckham, reserva do Paris Saint German, tem 37 anos, mas ainda assim é o jogador de futebol que mais ganha dinheiro no mundo: R$ 92,6 milhões anuais. Depois vem Lionel Messi, 25 anos (Barcelona/Seleção Argentina) com R$ 90,1 milhões e em terceiro lugar com R$ 77,2 milhões o atacante do Real Madri, Cristiano Ronaldo

CORREIOS

Correios

A primeira correspondência oficial brasileira, enviada daqui para o rei de Portugal em 1500, saiu das mãos do navegante Pero Vaz de Caminha, contando as maravilhas do país recém-descoberto por Pedro Álvares Cabral. Atualmente está guardada na Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. Em 1844 foi criado o serviço de entrega de correspondências a domicílio e 83 anos depois, em 1927, inicia-se o transporte de correspondência via aérea entre América do Sul e Europa.Três anos mais tarde, Getúlio Vargas instituiu o Departamento de Correios e Télegrafos (DCT), que originou a atual Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), criada em 20 de março de 1969.

O Pantanal

Um dos ecossistemas mais ricos do Brasil, o Pantanal, estende-se pelos territórios do estado do Mato Grosso do Sul, Paraguai (norte) e Bolívia (leste). São aproximadamente 228 mil quilômetros quadrados. Pela sua importância e diversidade ecológica, o Pantanal é considerado pela UNESCO como um Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera.

Papo de Bêbado

Coisas que são difíceis de dizer quando você está bêbado:
Indubitavelmente, preliminarmente, proliferação, inconstitucional.
Coisas muito mais difíceis de dizer quando você está bêbado:
Especificidade, transubstanciado, verossimelhança, três tigres.
E as impossíveis de dizer:
Chega, já bebi demais...
Sai fora, você não é o meu tipo...
Boa noite seu guarda, bela noite, não?

Gerdt Hatschbach

Nosso grande botânico se foi

Aos milhares de turistas que visitam a maior atração de Curitiba – o Jardim Botânico, também chama a atenção o prédio com arquitetura semelhante aos grandes casarões da arquitetura alemã, vizinho aos jardins e ao pequeno lago.

Ali, em amplos espaços para exposições, bibliotecas e auditório, funciona o Museu Botânico de Curitiba, com um herbáreo (exemplares secos de vegetais ou parte deste - ramos com folhas, flores. Há um acervo de mais de 310 mil plantas, o maior do Brasil.

O homem que criou esse ambiente de pesquisa e observação, a partir da doação do seu acervo pessoal, morreu no último dia 16, aos 89 anos. O curitibano Gerdt Guenther Hatschbach tornou-se um botânico respeitado internacionalmente e junto à Maria, sua inseparável mulher, fez do Museu sua segunda casa. Até seus últimos dias, vasculhava suas amadas plantas, atendia e incentivava alunos interessados nos segredos da botânica ensinando o respeito e a merecedora admiração que os brasileiros devem ter com nossa rica e fabulosa flora.

O maior legado de Hatschbach é a sua pesquisa e contribuição para a história natural e botânica, paranaense e brasileira. Suas pesquisas mostram e traçam um panorama do passado e presente, mas também servem como guia para o futuro.

Durante sua vida de pesquisador, Hatscbach fez mais de 80 mil coletas e catalogou 500 novas espécies, boa parte encontradas na Mata Atlântica.

Seu sobrenome registra mais de 200 espécies, o que o transformou num dos maiores coletores de plantas do mundo.

Nascido na comunidade luterana da capital paranaense em agosto de 1923, formou-se em Química na Universidade Federal do Paraná em 1945 e pós-doutorou-se na mesma instituição. E em 1986, pela sua trajetória no campo da botânica recebeu o título de doutor honoris-causa pela Universidade Federal do Paraná. O Museu Botânico de Curitiba passará a levar seu nome.

Endereço para devolução:
Federeção da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Falecido
- ☐ Desconhecido
- ☐ Ausente
- ☐ Recusado
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dade pelo porteiro ou sindico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável

SISTEMA FAEP
SENAR PARANÁ
FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ
SINDICATO RURAL

A versão digital deste informativo está disponivel no site:
sistemafaep.org.br